INTENÇÃO SACRAMENTAL E BISPOS MAÇONS

Padre Anthony Cekada, agosto de 2003

Uma velha lorota sobre a ordenação de Dom Lefebvre

> *"As pessoas que não são teólogas nunca parecem compreender quão pouca intenção é necessária para um sacramento... A 'intenção implícita de fazer o que Cristo instituiu' significa algo tão vago e pequeno que mal se pode deixar de tê-la — a menos que se a exclua deliberadamente. Na época em que todos falavam das ordens anglicanas, muitos católicos confundiam intenção com fé. Fé não é necessária. É heresia dizer que é. (Este foi o erro de São Cipriano e Firmiliano, contra o qual protestou o Papa Estêvão I [254–257]). Um homem pode ter visões completamente erradas, heréticas e blasfemas sobre um sacramento e ainda assim conferi-lo ou recebê-lo validamente."*
>
> — Adrian Fortescue, *The Greek Fathers*

No final da década de 1970, à medida que os padres da Fraternidade Sacerdotal São Pio X começavam a celebrar Missa em cada vez mais cidades, certos polemistas no movimento tradicionalista dos Estados Unidos começaram a divulgar a história de que o fundador da Fraternidade, Dom Marcel Lefebvre (1905–1991), teria sido ordenado tanto sacerdote quanto bispo por um maçom; que, portanto, a própria ordenação sacerdotal e sagração episcopal de Dom Lefebvre seriam inválidas; e que, por conseguinte, todos os padres da FSSPX também seriam inválidamente ordenados.

O suposto maçom em questão era o Cardeal Achille Liénart (1884–1973), Arcebispo de Lille (cidade natal de Dom Lefebvre), e mais tarde um dos principais modernistas no Concílio Vaticano II (1962–1965).

O falecido Hugo Maria Kellner, a extinta publicação *Veritas*, Hutton Gibson e alguns outros — que poderíamos chamar de "liénartistas" — argumentavam que, como a Maçonaria despreza a Igreja, seus adeptos no clero naturalmente desejariam destruir o sacerdócio ao omitir a intenção sacramental necessária ao conferir as Ordens Sagradas. Todas as ordenações conferidas por prelados maçons, sustentavam eles, deveriam ser tratadas como inválidas ou duvidosas, incluindo a ordenação sacerdotal e a consagração episcopal que Dom Lefebvre recebeu do Cardeal Liénart.

Dado que essa história da "Maçonaria" ainda ressurge ocasionalmente, mesmo trinta anos depois, decidi revisitar essa questão.

Como começar? A melhor maneira é esclarecer as partes componentes do argumento liénartista. Isso pode ser feito colocando-o sob a forma de um

argumento lógico formal chamado “silogismo” — um método usado nos manuais de teologia dogmática. Um silogismo raciocina a partir de uma proposição geral (por exemplo: Todos os homens são mortais), para uma proposição particular (Sócrates é homem) até chegar a uma conclusão (Portanto, Sócrates é mortal).

É necessário provar tanto a proposição geral quanto a particular. Caso contrário, não se prova a conclusão.

Quando destilamos o argumento dos liénartistas e o colocamos nessa forma, obtemos o seguinte:

1. Princípio Geral: Sempre que um bispo é maçom, sua intenção sacramental deve ser presumida como duvidosa, e todas as suas ordenações, portanto, como duvidosas.
2. Fato Particular: Achille Liénart era um bispo que era maçom.
3. Conclusão: A intenção sacramental de Achille Liénart deve ser presumida como duvidosa, e todas as suas ordenações, portanto, como duvidosas.

A suposta “prova” do ponto (2) já foi mais do que adequadamente demolida em outros lugares. Em seu artigo de 1982 intitulado “Cracks in the Masonry” (“Fissuras na Maçonaria”), Rama Coomaraswamy demonstrou que todas as histórias sobre a suposta filiação maçônica do Cardeal Liénart remontam a uma única obra: *L’Infaillibilité Pontificale*, do Marquês de la Franquerie, um escritor sensacionalista francês. A única fonte que o Marquês fornece para a história é anônima — um ex-maçom identificado apenas como “Senhor B...”. O artigo espirituoso e erudito de Coomaraswamy está disponível em traditionallmass.org.

Aqui, voltaremos nossa atenção ao ponto (1), o princípio geral que sustenta o argumento dos liénartistas. Demonstrar-se-á que ele é falso porque contradiz as presunções fundamentais estabelecidas pelo direito canônico, pela teologia moral e pela teologia dogmática no que diz respeito à validade dos sacramentos em geral, e à intenção do ministro da Ordem em particular. Além disso, será demonstrado que tal princípio contradiz a prática da Igreja no passado e conduz a absurdos evidentes.

1. Presunção geral de validade. Os sacramentos conferidos por um ministro católico, inclusive a Ordem, devem ser presumidos válidos até que se prove a invalidade. Essa é:

“a rainha das presunções, que considera o ato ou contrato como válido até que se prove a invalidade.” (F. Wanenmacher, *Canonical Evidence in Marriage Cases*, [Filadélfia: Dolphin, 1935], p. 408).

“Quando o fato da ordenação está devidamente estabelecido, presume-se naturalmente a validade das ordens conferidas.” (W. Doheny, *Canonical Procedure in Matrimonial Cases* [Milwaukee: Bruce, 1942], vol. 2, p. 72).

2. Intenção e Ordens Sacras. Quando um bispo confere as Ordens Sagradas usando a matéria e a forma corretas, presume-se que ele teve intenção sacramental suficiente para realizar o sacramento — isto é, ao menos a de “fazer o que a Igreja faz”. Esse é o ensinamento do Papa Leão XIII em seu pronunciamento sobre as ordens anglicanas:

“Ora, se uma pessoa usou séria e devidamente a matéria e a forma adequadas para administrar um sacramento, presume-se por esse mesmo fato que ela teve a intenção de fazer o que a Igreja faz.” (Bula *Apostolicae Curae*, 13 de setembro de 1896).

O teólogo Leeming afirma que essa passagem recapitula o ensinamento dos teólogos anteriores, que:

“concordavam que a execução externa e decorosa dos ritos estabelece uma presunção de que a intenção correta existe... O ministro de um sacramento é presumido querer o que o rito significa... Este princípio é afirmado como doutrina teológica certa, ensinada pela Igreja, e negá-lo seria pelo menos teologicamente temerário.” (B. Leeming, *Principles of Sacramental Theology* [Westminster, MD: Newman, 1956], p. 476, 482).

3. Heresia ou apostasia e intenção. A heresia ou mesmo a apostasia total da fé por parte do bispo ordenante não prejudica essa intenção suficiente, pois a intenção é um ato da vontade.

“Erro na fé, ou mesmo descrença total, não prejudica essa intenção; pois os conceitos do intelecto nada têm em comum com um ato da vontade.” (S. Many, *Praelectiones de Sacra Ordinatione* [Paris: Letouzey, 1905], p. 586).

4. Quando a intenção invalida. Uma ordenação corretamente realizada torna-se inválida somente se o bispo tiver a vontade positiva de não “fazer o que a Igreja faz” ou de não “ordenar esta pessoa”.

“Uma ordenação é inválida se o ministro... ao conferi-la a alguém, tiver o ato de vontade de não ordenar essa pessoa, pois, por esse próprio fato, não tem ao menos a intenção de fazer o que a Igreja faz — na verdade, tem a intenção contrária.” (P. Gasparri, *Tractatus de Sacra Ordinatione* [Paris: Delhomme, 1893], vol. 1, p. 970).

5. Intenção inválida nunca se presume. Um bispo que confere a Ordem nunca é presumido de ter tal intenção de não ordenar, a não ser que se prove o contrário.

"Ao realizar uma ordenação, o ministro nunca é presumido de ter a intenção de não ordenar, enquanto o contrário não for provado. Pois ninguém é presumido mau, a menos que assim se prove, e um ato — especialmente um tão solene como uma ordenação — deve ser considerado válido, enquanto a invalidade não for claramente demonstrada." (Gasparri, vol. 1, p. 970).

O princípio geral proposto pelos liénartistas — "Sempre que um bispo é maçom, sua intenção sacramental deve ser presumida como duvidosa e todas as suas ordenações, como duvidosas" — contradiz diretamente tudo isso e estabelece a presunção oposta. Essa teoria trata, assim, um acusado "bispo maçônico" como culpado até prova em contrário. (Seus sacramentos devem ser tratados "como não-sacramentos"). E o ônus da prova exigido para absolvê-lo é impossível: ele deve refutar um duplo negativo sobre um ato interno da vontade ("provar que não reteve sua intenção"). Isso contraria todos os princípios de equidade no direito civil e canônico.

6. Nenhum apoio na teologia. Por essa razão, os liénartistas não conseguem citar nenhum canonista, teólogo moral ou dogmático anterior ao Concílio Vaticano II que proponha ou defenda sua premissa maior. Em vez disso, oferecem apenas as citações de sempre sobre a Maçonaria — que ela conspira contra a Igreja, é condenada pelos papas, promove o naturalismo, é causa de excomunhão etc. Isso apenas prova algo que ninguém nega: a Maçonaria é má. Mas, como homens maus e até mesmo incrédulos podem conferir sacramentos válidos, isso não se aproxima nem um pouco de provar o princípio que sustenta seus argumentos: "Pertencer à Maçonaria = sacramentos duvidosos." Se tal princípio geral fosse verdadeiro, papas, canonistas e teólogos nos teriam dito.

7. Nenhum suporte na história. A desculpa às vezes oferecida para não apresentar uma citação teológica — "não se sabia amplamente o que estava ocorrendo [em relação ao clero maçônico] até que os frutos se manifestaram no Vaticano II" — é refutada pela história da Igreja na França, onde muitos clérigos eram maçons. Na França antes da Revolução:

"Um fato é inescapável: as lojas continham um grande número de eclesiásticos... Em Caudebec, quinze dos vinte e quatro membros da loja eram padres; em Sens, vinte e cinco de cinquenta. Cônegos e párocos sentavam-se na Venerável Assembleia, enquanto os cistercienses de Clairvaux tinham uma loja dentro das próprias paredes de seu mosteiro! Saurine, futuro bispo de Estrasburgo sob Napoleão, era membro dirigente do Grande Oriente. Não estaremos longe da verdade ao sugerir que, por volta de 1789, um quarto dos maçons franceses eram

clérigos... [Em 1789 havia] sete ateus e três deístas entre os cento e trinta e cinco bispos franceses." (H. Daniel-Rops, *The Church in the Eighteenth Century* [Londres: Dent, 1960], p. 63, 73. Ver também J. McManners, *Church and Society in Eighteenth-Century France* [Oxford: University Press, 1998] vol. 1, p. 354, 356, 420, 509).

Os revolucionários maçônicos instituíram sua Igreja Constitucional cismática em 1791 com clérigos como esses, sendo o mais proeminente Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, ex-Bispo de Autun e defensor da causa revolucionária.

Diferentemente do caso do Cardeal Liénart, é um fato estabelecido que Talleyrand era maçom — ele pertencia à Loja Francs Chevaliers de Paris. Além disso, provavelmente era até mesmo um incrédulo. Em 25 de janeiro de 1791, Mons. Talleyrand consagrou os primeiros bispos para a Igreja Constitucional, de modo que todos os seus bispos derivaram suas consagrações dele.

No entanto, quando o Papa Pio VII assinou seu Concórdio de 1801 com Napoleão, ele nomeou treze bispos da hierarquia de Talleyrand para chefiar as dioceses católicas restauradas. Entre eles estava o mencionado Mons. Jean-Baptiste Saurine, consagrado cismaticamente como "bispo constitucional" de Landes em agosto de 1791. De todas as lojas maçônicas do mundo, o Grande Oriente de Paris, do qual Saurine era membro dirigente, sempre foi considerado o mais poderoso e o mais anticatólico. Apesar disso, o Papa Pio VII nomeou Mons. Saurine Bispo de Estrasburgo em 1802, cargo que esse bispo maçom manteve até sua morte em 1813.

Portanto, na França encontramos bispos maçons consagrando outros bispos maçons, que o Papa então nomeia para chefiar dioceses católicas, nas quais eles crismam crianças, abençoam os santos óleos usados para ungir os moribundos, ordenam padres e consagram outros bispos. Se o princípio dos liénartistas fosse de fato correto, o Papa não teria permitido nada disso, e teria exigido que todos os bispos da hierarquia constitucional fossem reconsagrados sob condição.

A prova de que um clérigo esteve filiado à Maçonaria, ademais, não é necessariamente prova de ateísmo ou de ódio à Igreja. A respeito dos muitos clérigos franceses envolvidos com a Maçonaria, o historiador Henri Daniel-Rops diz:

"Não há razão para pensar que todos eram, ou se consideravam, maus católicos. Pelo contrário, deve ter havido muitos que não viam incompatibilidade entre sua fé e a filiação maçônica, e que até mesmo consideravam a Maçonaria como uma arma a ser empregada a serviço da religião. Um deles, na Savoia, foi Joseph de Maistre, orador de sua loja em Chambéry; ele sonhava criar no seio da Maçonaria

um corpo secreto que transformasse o movimento numa milícia papal a serviço da teocracia universal." (*The Church in the Eighteenth Century*, p. 63).

Mesmo sendo bem conhecida a adesão de muitos clérigos franceses à Maçonaria durante a era revolucionária, os teólogos não trataram os sacramentos desses clérigos como "duvidosos". Se os bispos maçons de fato representassem uma ameaça à validade dos sacramentos, esperar-se-ia encontrar teólogos — especialmente entre os franceses — sustentando esse argumento, ou pelo menos debatendo a questão.

Mas mesmo teólogos e canonistas franceses como o Cardeal Billot (*De Ecclesiae Sacramentis* [Roma: Gregoriana, 1931], vol. 1, p. 195–204), S. Many (*Prael. de Sacr. Ordinatione*, p. 585–591) e R. Naz ("Intention", *Dictionnaire de Droit Canonique* [Paris: Letouzey, 1953], vol. 5, p. 1462), que discutem amplamente a questão da intenção sacramental, nada dizem sobre sacramentos "duvidosos" conferidos por maçons.

Em seu artigo sobre a Maçonaria, aliás, Naz faz apenas um comentário sobre os clérigos que são membros: que incorrem nas penas de suspensão e perda de ofício. ("Francmaçonnerie", vol. 1, p. 897–899). Ele nada diz sobre a sua filiação tornar seus sacramentos "duvidosos".

8. Consequências absurdas. A absurdidade do princípio liénartista torna-se ainda mais evidente quando se aplica esse princípio a: (a) a hierarquia dos Estados Unidos, onde ele tornaria duvidosas quarenta consagrações episcopais realizadas entre 1896 e 1944; e (b) ao clero inferior na França, onde tornaria duvidos os batismos realizados desde o século XVIII.

(a) As consagrações episcopais nos Estados Unidos são aquelas derivadas do Cardeal Mariano Rampolla del Tindaro (1843–1913), Secretário de Estado do Papa Leão XIII. Após a morte de Rampolla, disse-se que entre seus pertences pessoais foi encontrado indício de que pertencia a uma seita maçônica luciferiana chamada *Ordo Templi Orientis* (associada ao satanista Alistair Crowley) e que frequentava uma loja maçônica em Einsiedeln, na Suíça, onde costumava passar as férias. Quarenta bispos norte-americanos consagrados entre 1896 e 1944 derivaram suas consagrações de Rampolla, por meio de Mons. Martinelli (Delegado Apostólico) ou do Cardeal Rafael Merry del Val, ambos consagrados bispos por Rampolla. (Ver Jesse W. Lonsway, *The Episcopal Lineage of the Hierarchy in the United States: 1790–1948* [New York: F. Pustet Co., 1948], lâmina E.)

Se o princípio liénartista fosse verdadeiro, todos esses bispos teriam de ser considerados "duvidosos", uma vez que o papel preciso dos bispos assistentes

numa consagração episcopal como verdadeiros "co-consagrantes" só foi claramente definido em 1944.

(b) Já demonstrei que a Maçonaria era amplamente difundida entre o clero francês no final do século XVIII. Se o princípio "filiação maçônica = sacramentos duvidosos" fosse de fato verdadeiro, ele se aplicaria também aos sacramentos conferidos por padres. Isso tornaria "duvidoso" todo batismo conferido na França desde o século XVIII. Afinal, quem saberia quais padres franceses eram "maçons secretos" e quais não eram?

NOTA FINAL: Apesar de tudo o que foi dito, não concedo a alegação factual de que o Cardeal Liénart tenha sido de fato maçom. Meu objetivo aqui é demonstrar que, ainda que ele o tivesse sido, isso não permitiria atacar a validade dos sacramentos que ele conferiu. O argumento liénartista, pois, entra em conflito com as presunções fundamentais estabelecidas pelo direito canônico, pela teologia moral e pela teologia dogmática no que diz respeito à validade dos sacramentos em geral e à intenção do ministro da Ordem em particular. Ele contradiz a prática histórica da Igreja e, por fim, conduz a absurdos evidentes. Em suma, trata-se de um argumento enraizado na ignorância.

BIBLIOGRAFIA

BILLOT, L. *De Ecclesiae Sacramentis*. Rome: Gregorian 1931.
DANIEL-ROPS, H. *The Church in the Eighteenth Century*. London: Dent 1960.
DOHENY, W. *Canonical Procedure in Matrimonial Cases*. Milwaukee: Bruce 1942.
GASPARRI, P. *Tractatus de Sacra Ordinatione*. Paris: Delhomme 1893.
LEEMING, B. *Principles of Sacramental Theology*. Westminster MD: Newman 1956.
LEO XIII. *Apostolicae Curae*, 13 September 1896.
LONSWAY, Jesse W. *The Episcopal Lineage of the Hierarchy in the United States: 1790–1948*. New York: F. Pustet Co., 1948.
MANY, S. *Praelectiones de Sacra Ordinatione*. Paris: Letouzey 1905.
McMANNERS, J. *Church and Society in Eighteenth-Century France*. Oxford: University Press 1998.
NAZ, R. "Francmaçonnerie". *Dictionnaire de Droit Canonique*. Paris: Letouzey 1953. 1:897–9.
————. "Intention," *op. cit.* 5:1462–64.
WANENMACHER, F. *Canonical Evidence in Marriage Cases*. Philadelphia: Dolphin 1935.